

Congresso

GAZETA MERCANTIL

# Esforço concentrado da Câmara já tem pauta aprovada pelos líderes

por Itamar Garcez  
de Brasília

Depois de um sinal positivo do PFL, que estava obstruindo as pautas das votações da Câmara, o colégio de líderes decidiu aprovar o regime de urgência para o salário mínimo, e criar uma comissão para elaborar a lei que regulamentará as eleições presidenciais, programadas para o próximo ano.

O recuo do PFL, que até o último fim de semana negava-se a colocar na ordem do dia o projeto do novo salário mínimo, foi considerado um jogo de cena. O deputado Nelson Friedrich (PSDB-PR) afirmou que o PFL "joga com essa confusão que está aí". Segundo ele, interrompendo o processo legislativo, o Executivo terá um pretexto para preparar leis, diante da "falsa inatividade do Congresso".

A sessão da Câmara, ontem, aprovou a urgência para o mínimo, mas adiou para hoje a votação da urgência do direito de greve, cujo único projeto de lei tramitando é de autoria do deputado Paulo Renato Paim (PT-RS). O projeto, constituído de apenas três parágrafos, considera como serviço essencial apenas a "assistência médica, hospitalar e de primeiros socorros e enfermagem". Segundo a proposição do autor, os próprios grevistas, em caso de paralisação, tomarão as providências necessárias para o atendimento dos pacientes internados e da prestação de socorro de emergência. Ainda na sessão de ontem, a Câmara começou a discussão dos projetos que criam o Superior Tribunal de Justiça e os tribunais regionais federais, estabele-

cidos pela nova Constituição.

A comissão encarregada de elaborar o novo regimento interno da Câmara, composta por 13 deputados, aprovou, ontem, o novo texto que disciplina as votações em plenário, o trabalho das comissões temáticas, as funções da Mesa e as prerrogativas de líderes partidários, entre outras. O anteprojeto, com 296 artigos, adaptou as novas exigências e prerrogativas criadas pela Constituinte.

As primeiras estimativas, segundo o relator da comissão, deputado Nelson Jobim, apontam que a votação final ficará para 1989, já que a tramitação do novo regimento não pode ser feita em regime de urgência e precisa ser submetida a dois turnos de votação.

O deputado acrescentou que apenas um esforço de todas as lideranças partidárias, aliado ao consenso em torno do tema, garantirá a aprovação ainda neste ano.

Dois assuntos devem gerar polêmica quando forem submetidos ao plenário da Câmara, de acordo com o deputado gaúcho. A redução do número de comissões temáticas, das 22 atuais para apenas 7, e consequentemente o número de presidentes e relatores.

A criação do colégio de líderes, instância com poderes deliberativos dentro da Câmara, vai dividir o poder junto com a Mesa da Câmara. O colégio poderá, por exemplo, determinar o número de membros de uma comissão. O regimento proposto define, ainda, que serão necessários 5% de deputados para compor um bloco parlamentar, formado por um mínimo de dois partidos.